

**ORFEU BRASÍLICO (1736) E A RETÓRICA ARISTOTÉLICA:
O MUNDO ANTIGO
NO ATO ACADÊMICO JOSÉ DE ANCHIETA**

Cristina Mascarenhas da Silva (UNESP)

cris_mascarenhas07@hotmail.com

Thissiane Fioreto (UNESP)

thifioreto@yahoo.com.br

RESUMO

A presente comunicação tem por objetivo discutir as manifestações dos preceitos da arte retórica de Aristóteles, no documento *Orfeu Brasílico* (1736), tendo como foco os três primeiros epigramas que abrem as linhas (*Linea Prima*, *Linea Secunda* e *Linea Tertia*) do opúsculo. Tais divisões pertencem a um “Appendix Poetica”, onde se encontram as produções dos alunos inicianos. Esse documento surgiu de um ato acadêmico para homenagear o Pe. José de Anchieta na ocasião de recebimento do título de Venerável. Inicialmente as composições foram fixadas nas paredes e posteriormente limadas pelo Pe. Francisco de Almeida, que também escreveu outras formas poemáticas e publicou em formato de livro em 1737. Este tipo de cerimônia era comum no contexto do Brasil Colônia, praticada dentro dos colégios jesuíticos e preconizada pelo documento norteador das práticas pedagógicas da ordem – o *Ratio Studiorum*. Dentre outras atividades, a *Ratio* ordenava os estudos das retóricas antigas, principalmente da aristotélica. Por isso, analisar o documento à luz da retórica aristotélica é fundamental para a compreensão do texto dentro de suas filiações filosóficas, literárias, históricas, como orientação da crítica histórico-literária. Por meio desse estudo, é possível verificar também que as associações feitas com o mundo greco-latino funcionam para elevar a figura de Anchieta no contexto do século XVIII.

Palavras-chave: *Orfeu Brasílico*. Retórica. Anchieta. *Ratio Studiorum*.

1. Introdução

O documento *Orfeu Brasílico* (1736) surgiu de um torneio literário, no colégio da *Companhia de Jesus*⁶⁸ da Bahia, na ocasião de recebimento do título de Venerável⁶⁹ do Pe. José de Anchieta⁷⁰. Editado e or-

⁶⁸ A *Companhia de Jesus*, conforme Bortoloti (2003), foi fundada pelo Pe. Inácio de Loyola como uma medida contrarreformista. Seu objetivo primordial era levar a fé cristã pelo mundo, sobretudo, para a América recém conquistada pelos europeus. Tem o *Ratio Studiorum* como documento norteador de seu ensino, com vistas a ter uma educação uniforme em todos os colégios, com a ressalva de que nas colônias americanas, teve o acentuado o objetivo de catequização.

⁶⁹ “[...] o título de *Venerável* que é facultado após a conclusão das investigações e análises da vivência do indivíduo. Então este é aclamado pelas “virtudes cristãs de forma heroica, que lhe é atribuída através do Decreto da veracidade das Virtudes”, ou por meio do martírio (quem sofreu torturas ou a

ganizado pelo Pe. Francisco de Almeida, professor de retórica, que escreveu também a oração de abertura, o opúsculo apresenta composições dos alunos inicianos em língua latina como a ode, o idílio e o epigrama, forma escolhida para desta pesquisa.

O texto foi publicado posteriormente em 1737. Mas somente em 1998, o professor da Universidade de Coimbra, Sebastião Tavares Pinho e equipe reeditaram o documento em formato fac-similar a partir de uma edição encontrada na Biblioteca de Ciências de Lisboa, outra fora encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, porém pelo fato de o texto estar gravemente truncado, o trabalho de crítica textual foi realizado a partir do exemplar de Lisboa. Assim, o trabalho dessa pesquisa é continuação do labor filológico já iniciado.

Pensar o documento à luz da *Arte Retórica*, de Aristóteles, corresponde a uma parte do capítulo da dissertação que pensa o documento e suas relações com a *Antiguidade Greco-Latina*. Integram também a sua *Arte Poética*, bem como a *Epístola aos Pisões*, de Horácio; e, a *Retórica a Herênio*, de Cícero; as *Instituições Oratórias*, de Quintiliano.

É uma forma de pensar o documento em seu contexto de produção, uma vez que as agremiações letradas do Brasil Colonial tinham a predileção por emular os antigos. É algo que a própria ordem jesuítica normatiza por meio do documento norteador das práticas pedagógicas – o *Ratio Studiorum*.

O próprio *Ratio* menciona criação de academias entre alunos com mérito destacável e ainda ordena festejos em Festas de Nossa Senhora ou

morte, por sustentar a fé cristã) para esse tipo de situação segue-se conforme a análises das virtudes (fé, esperança e caridade), então é outorgado um "Decreto sobre o Martírio". Estas são as duas formas pelas quais se pode conceder o título de *Venerável*". AQUINO (s/d). Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2011%20-%20Edineide%20Dias%20de%20Aquino%20TC.PDF>. Acesso em: 29-03-2014;

⁷⁰ Nasceu em Tenerife – Espanha e supostamente por conta de perseguições sofridas pelo pai por conta do imperador Carlos V, mudou-se juntamente com sua família para Coimbra onde conhece a Companhia de Jesus. Devido à saúde frágil, recomendou-se a vinda ao Brasil. José de Anchieta aporta na Bahia em 1560. Versado em línguas portuguesa, espanhola, latina e também o tupi-guarani, escreve a *Gramática da Língua Mais Falada na Costa do Brasil*. Resultado de um estudo das línguas indígenas com objetivo de catequização, é um registro linguístico importante sobre os falares dos povos nativos naquele contexto. Além disso, escreveu sermões, cartas, poemas e peças teatrais. Em 1736, a Igreja Católica concede o título de *Venerável*. Confira esses dados, disponíveis em: <<http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/00381630#page/11/mode/1up>>. Acesso em: 29-03-2014.

Santo Patrono. Segundo Ribeiro (1998), o Ato Acadêmico a José de Anchieta era algo esperado por ter sido mestre daquele colégio e em outras localidades houve homenagens em situações similares, como na canonição de Santo Inácio de Loiola e na recepção em Portugal por D. Filipe II.

2. *Pressupostos da Arte Retórica no documento Orfeu Brasílico (1736)*

O texto da *Arte Retórica* é dividido em três livros e seu pressuposto é de que a retórica por si só não leva a persuasão, mas apresenta os meios que cada gênero especificamente pode alcançar o convencimento do público, em outras palavras:

Mas a retórica parece ser capaz de, por assim dizer, ser concernente a uma dada questão, descobrir o que é próprio para persuadir. Por isso dizemos que ela não aplica suas regras a um gênero próprio e determinado. (ARISTÓTELES, 1997, p. 33).

Em resumo, no *Livro Primeiro*, apresentam-se as proposições da Retórica, os gêneros, como alcançar o belo e o disforme, o lugar do elogio e da censura. Já no *Livro Segundo*, debruça-se sobre o gênero judiciário especialmente, lugares comuns a todos os gêneros, amplificação e atenuação. E no *Livro Terceiro*, observa-se uma concentração maior no estilo.

Para melhor estudo, neste artigo, dividir-se-ão os tópicos conforme os livros da *Arte Retórica*, visando à observação de como os preceitos aristotélicos funcionam para o arranjo do opúsculo *Orfeu Brasílico (1736)*, tendo sempre em vista a composição da imagem de Anchieta que é a representação de toda a Companhia de Jesus.

2.1. Livro Primeiro: O louvor a Anchieta como instrumento de poder

Dando sequência ao estudo da retórica, apresentam-se os domínios dos gêneros *o deliberativo*, *o judiciário* e *o demonstrativo*:

Numa deliberação, aconselha-se ou desaconselha-se, quer se delibere sobre uma questão de interesse particular, quer se fale perante o povo acerca de questões de interesse público. *Uma ação judiciária* comporta a acusação e a defesa: necessariamente os que pleiteiam fazem uma destas duas coisas. *O gênero demonstrativo comporta duas partes: o elogio e a censura*. Cada um des-

tes gêneros tem por objetivo uma parte do tempo que lhe é próprio: para o gênero deliberativo, é o futuro, pois que delibera-se sobre o futuro, para aconselhar ou desaconselhar; para o gênero judiciário, é o passado, visto que a acusação ou defesa incide sempre sobre fatos pretéritos; para o gênero demonstrativo, o essencial é o presente das coisas; contudo sucede frequentemente utilizamos a lembrança do passado ou presumimos o futuro. [Grifos nossos] (*op. cit.*, 2005, p. 39).

É importante destacar que o gênero predominante no opúsculo *Orfeu Brasileiro (1736)* é o demonstrativo (ou epidíctico) por pontuar meios de persuasão da *Poesia*, contemplando a parte do elogio que é o louvor a Anchieta. Destaca-se que o elogio e a censura estiveram sempre presentes na poesia de circunstância. Adianta-se que o louvor a Anchieta se dá em grande parte.

Entretanto, não se pode perder de vista o fato de que para louvar Anchieta com maestria, é perceptível a influência de busca nos gêneros deliberativo e judiciário nas composições que envolve a pesquisa e na forma final do livro.

No capítulo IX – *Da virtude e do vício; do belo e do disforme, moralmente; do que constitui o elogio e a censura*, sublinha-se que, por meio da persuasão, tenta-se alcançar o belo ou o disforme, é estabelecido o esquema da retórica e atribui as partes da *virtude* que muito interessa ao embate com o documento, assim:

Sucedará que, ao mesmo tempo que fomos tratando estas questões mostraremos claramente os meios pelos quais nos atribuirão tal ou qual caráter; e isso, como dissemos, é a segunda maneira de gerar a persuasão. Os mesmos meios poderão tornar-nos, a nós e aos outros, dignos de confiança, no que diz respeito à virtude. [...] O belo é que sendo preferível por si, é digno de louvor, ou o que, sendo bom, é agradável pelo fato de ser bom [...] *As partes da virtude são: a justiça, a coragem, a temperança, a prudência, a sabedoria. As maiores virtudes são necessariamente aquelas de que os homens retiram a maior utilidade visto a virtude ser uma faculdade de ser benfazejo.* [Grifos nossos]. (ARISTÓTELES, 2005, p. 60)

Portanto, é necessário atingir o belo por meio da virtude e demonstrar isso por meio de suas partes, assim, evoca-se na trajetória de Anchieta elementos que podem significar *coragem, temperança, prudência, sabedoria*. Considera-se a virtude quase sempre bela, não possível de gerar beleza apenas quando há punições, pois consequentemente há sofrimento.

Consequentemente há uma reflexão da *Arte Retórica* acerca do que é *memorável*, item que reforça a natureza da homenagem do Ato Acadêmico, tendo suas obras ecoado para além de sua vida a culminar

com seu título de Venerável. Os feitos de José de Anchieta são memoráveis para o Brasil Colonial, especialmente para a *Companhia de Jesus* e, no momento da concessão de título, há uma grande expectativa de cano-nização, o que justifica o epíteto de Taumaturgo, já que segundo Ribeiro (2003) o uso se dava pelo fato de o padre ainda não ser reconhecido como santo. Dessa forma, tem-se no texto da retórica a seguinte explicação:

É belo ainda o que é memorável, quanto mais memoráveis forem as coisas tanto mais belas serão. O que nos acompanha mesmo para além da morte; o que é seguido de honrarias; o que é extraordinário. O que pertence a um só é mais belo, porque é memorável. (op. cit.). [Grifos nossos].

Por mais que o memorável caiba a um só, vê-se que as realizações celebradas na obra são o chamariz de toda a ordem. É um meio de se justificar a *Companhia de Jesus*, e por meio das formas poemáticas tornarem os feitos de Anchieta mais grandiosos ainda, alcançando o *memorável*.

Os atos acadêmicos funcionam como etiqueta da época, como observa Castello (1991):

Colocam-se, em segundo lugar, os atos ou sessões acadêmicas, feitos sempre em homenagem a uma autoridade de projeção no Brasil-Colônia, destacando-se como acontecimento literário e histórico em que predomina o espírito bajulatório. (p. 101).

[...] há as academias, ainda atos ou sessões, em homenagem a santos, em celebrações de acontecimentos religiosos ou em louvor de reis e príncipes, como parte integrante de festejos públicos comemorativos, quando então se dizia, conforme se lê em muitas relações desses festejos, que também se fez uma academia. Em terceiro lugar, notamos que foram frequentes e mesmo obrigatórias, em cumprimento de determinações oficiais, em alguns casos feitas espontaneamente, tanto em Portugal como no Brasil, sobretudo no decorrer do século XVIII e até em princípios do século XIX, as celebrações de festejos públicos comemorativos (às vezes fúnebres, o que restringia o caráter festivo dessas comemorações) [...] *Compreendiam desde as celebrações religiosas, com missa, Te Deum, sermões, procissões, até as festas profanas como cavalladas, luminárias, representações dramáticas e finalmente as sessões acadêmicas com recitativos e panegíricos.* (p. 101). [Grifos nossos].

A etiqueta, para Elias (1990), baseado na história da sociedade de corte francesa, mostra que as cerimônias ostentadas pelos monarcas tinham a função de reforçar o poder absolutista. Por isso, o ato acadêmico José de Anchieta por meio do preceito de louvar o que é memorável corrobora o poder da Igreja Católica, via Companhia de Jesus no Brasil

E nesse intento, observa-se um movimento de elevar a figura do religioso por meio de uma prescrição da *Arte Retórica*, que consiste na

divisão *III Habilidade de louvar um homem que nada tem digno de louvor*. Ressalta-se que não significa que Anchieta não merecesse louvor, entretanto, talvez o título de Venerável fosse excessivamente grandioso em relação ao mesmo e a partir de suas obras somente não seria possibilitado o louvor, assim:

Se no agente, não encontramos matéria bastante do elogio, precisamos de o comparar com outros; assim procedia Isócrates, por não estar habituado à eloquência judiciária. Haverá, porém, o cuidado de o pôr em parelho com pessoas de renome: há muita matéria de amplificação em mostrar que um homem é superior às pessoas de bem. (*op. cit.*, p. 64).

No opúsculo, Anchieta é colocado ao lado de divindades da Antiguidade Greco-Latina como está explícito no título – *Orfeu; Júpiter*. As próprias formas poemáticas selecionadas, por meio do decoro, é uma forma de corroborar a altivez do homenageado.

Além disso, para expressar o bem o e justo, é necessário observar o que cada gênero exige e partir do particular do discurso. Diante disso, questiona-se como tratar do particular se para louvar é preciso se valer de comparações com o que universo antigo estabeleceu? Reside exatamente neste paralelo a inserção do particular. A menção ao mito de Orfeu, por exemplo, não é gratuita, corresponde a características que fundamentam a *status* de Venerável de Anchieta.

2.2. Livro Segundo: Máximas e o entimemas como artifício de construção dos epigramas

No *Livro II*, nota-se que o documento além de inserir máximas textualmente em outros gêneros, numa leitura dos epigramas, é possível identificar o seu final agudo (como uma máxima ou uma expressão marcante) e os *pisados e repisados*, como denomina Aristóteles, fixa a ideia de valer de textos clássicos como elemento de persuasão do ouvinte.

A máxima permite ainda a alusão ao universal dentro da ação do homem:

Acerca da arte de se exprimir por máximas, depois de termos dito o que é máxima, veremos sem dificuldades sobre que matérias, quando e diante de que pessoas, convém nos discursos utilizar as máximas. A máxima é um meio de traduzir uma maneira de ver, que não se refere a um caso particular; por exemplo, ao caráter de Ifícrates, mas ao universal; contudo, aqui não se trata do universal em toda sua extensão, como quando se diz que a linha reta é o contrário da curva. O universal, aqui, é tudo o que se relaciona com os atos e o que o homem procura e evita relativamente à ação. (*op. cit.*, p. 146).

Com efeito, pensar a máxima em *Orfeu Brasílico* (1736) como traço textual que lança o texto na universalidade a partir das particularidades remete também às poéticas clássicas, tanto a aristotélica quanto a horaciana, que são os edifícios junto à *Arte Retórica* deste documento, haja vista que as regras implantadas por esses tratados esbarram na inserção do maravilhoso e/ou entre outros aspectos do edifício clássico que são organizados pelas regras do decoro e da verossimilhança, principalmente.

Sobre a importância das máximas, Aristóteles (*op.cit.*) reforça o efeito universal da máxima e suscita o valor de usá-las quando o público já as espera. Embora, destaque-se que aos ouvintes o uso das máximas se torna apazível por uma *vaidade grosseira*, direciona-se o olhar para quem ouve pelo fato de serem pessoas que tem o mesmo domínio de conhecimento que os autores do livro, que são alunos e padres inicianos ou pessoas de projeção dentro da sociedade colonial. Por esse fato, ver-se-á o que é postulado a respeito da utilização das máximas:

As máximas prestam grande auxílio aos oradores por dois motivos. O primeiro é a vaidade grosseira dos ouvintes, que sentem prazer quando o orador, falando em geral, vem ao encontro das opiniões que cada um possui individualmente [...] Com efeito, a máxima é, como já disse, uma maneira de se exprimir em termos de universalidade; ora, as pessoas sentem prazer, quando ouvem enunciar em geral o que elas previamente tinham concebido [...] Esta, a primeira vantagem da arte de se exprimir por máximas. O segundo motivo é mais importante, pois confere aos discursos um caráter moral, caráter este que existe sempre que se manifestam as preferências do orador. Todas as máximas produzem efeito, pois quem as utiliza mostra de uma maneira geral quais são as suas preferências; por conseguinte, se as máximas são honestas, farão com o que o caráter do orador pareça igualmente honesto.

De origem grega, o epigrama possui aspecto conciso com variedade de temas e metros, tendo um desfecho impactante no último verso, que sempre emite um valor. Dessa forma, os desfechos agudos epigramáticos podem ser convertidos em máximas, no sentido de que pode se valer de temas universais que os ouvintes têm domínio, corroborando a preferência pelo mundo clássico.

Dando sequência ao estudo do texto da retórica aristotélica, focase no uso dos entimemas (capítulo XXII), para conceituá-los, vale-se das palavras do próprio texto:

Dissemos precedentemente que o entimema é uma espécie de silogismo, em que medida ele é um silogismo e em que diferencia dos silogismos dialéticos. O entimema não deve ser tirado de longe, nem abarcar tudo para concluir; o primeiro processo expõe à obscuridade, por razão de se exprimirem eviden-

cias que saltam à vista. [...] não devemos falar baseando-nos em tudo o que poderia servir de argumento, mas em certos argumentos determinados, por exemplo, os que convêm aos juízes ou às pessoas cujos juízos aceitamos. E é evidente que todos estes argumentos parecem tais a todas estas pessoas ou ao menos à maior parte delas. Acrescentemos ainda que o entimema não tem que concluir de proposições necessárias, mas de proposições verdadeiras na maioria dos casos. Em primeiro lugar, é mister compreender bem que, sobre o assunto de que vamos ocupar-nos ou sobre o qual vamos raciocinar, seja raciocínio político ou não, devemos ter necessariamente à disposição os lugares a ele referentes, senão todos, pelo menos alguns. Pois se não tivermos nenhum, do nada não podem tirar uma conclusão. [...] Como poderemos aconselhar aos atenienses que façam a guerra ou se abstenham dela, se ignorarmos qual o poderio militar com que contam, se têm um exército de mar ou de terra, ou ambos a um tempo [...]. (p. 150).

Portanto, entimemas são silogismos e, dessa parte, tira-se como base o fato de conhecer bem um assunto que Horácio retomará depois em sua *Epístola aos Pisões*. Conseqüentemente, o orador precisa dispor de informações específicas de um assunto:

Pois, quanto maior número destas proposições aferentes ao assunto tivermos à disposição, mais fácil será prosseguir a demonstração; e quanto mais de perto elas se lhe prenderem, mais próprios lhe serão e menos comuns. Eis o que entendo por proposições comuns: louvar, por exemplo, Aquiles, dizendo que era a um tempo homem e semideus, o que participou na expedição contra Ílion. Estes característicos pertencem a muitas outras personagens e semelhante elogio não se dirige mais a Aquiles do que a Diomedes. (ARISTÓTELES, 2005, p. 151).

Novamente, Aristóteles orienta a inserção nos discursos particularidades que remetam ao objeto, no caso dessa citação, o de louvor. Dessa maneira, expor a capacidade para a oratória de Anchieta não é o suficiente, por isso, o opúsculo retoma aspectos de sua biografia ressaltados por Simão de Vasconcelos⁷¹, como é o caso dos 4 elementos – *Terra, Mar, Ar e Fogo*, não se trata mais de elementos genéricos do trabalho catequístico.

2.3. Livro Terceiro: O estilo como meio de persuasão

No *Livro Terceiro*, que tange ao capítulo I – *Das diferentes partes da Arte Retórica, recapitulação sumária* –, versam-se questões sobre o

⁷¹ Padre jesuíta que escreveu importantes documentos sobre a América Portuguesa. Possui uma biografia sobre o Pe. José de Anchieta.

estilo, que muito interessa a esta discussão, uma vez que esbarra no item da conveniência:

Resta agora falar do estilo, como sequência do que fica exposto; pois não basta possuir a matéria do discurso; urge necessariamente exprimir-se na forma conveniente, o que é de suma importância para dar ao discurso uma aparência satisfatória. Procuramos, conforme a ordem natural, o que vinha em primeiro lugar, isto é, o que há de convincente nas próprias coisas. Em segundo lugar, vem o estilo que permite ordená-las, e ninguém ainda tratou: o que respeita à ação oratória. (*op. cit.*, 2005, p. 173).

Em consonância com este preceito, pensa-se sobre o estilo, as formas eleitas para o Ato Acadêmico, bem como as metáforas empregadas. Devido ao assunto, escolhas de formas altivas são necessárias. Escolhe-se uma língua de *status* e a própria instituição religiosa possui uma tradição no seu uso e também na forma como se organizam os artifícios da linguagem do documento.

A linguagem necessita de um ornamento, por esse fato: “Desviar uma palavra de seu sentido originário permite dar ao estilo maior dignidade. [...] Pelo que, importa dar ao estilo um ar estrangeiro, uma vez que os homens admiram o que vem de longe e que a admiração causa prazer”. (*op. cit.*, p. 176)

O meio encontrado para Aristóteles para dar ao discurso um ar estrangeiro é recorrendo à metáfora seja para ornar o assunto ou para rebaixar. Tira-se desse artifício linguístico o melhor ou o pior que o gênero pode permitir.

Com efeito, a metáfora é o caminho para o elogio e para a censura, o bom orador deve retirar do assunto as analogias necessárias. Como já frisado, no seio do livro *Orfeu Brasílico (1736)*, estabelecem-se comparações com divindades e mitos da antiguidade greco-latina, os 4 elementos da natureza e aspectos da fé cristã.

Todas essas analogias devem funcionar de forma engenhosa para não corromper a conveniência, o que significa escolher caminhos (formas poemáticas, metáforas) que bem se assentam ao assunto elogiado. Do início do texto, têm-se epítetos que são convenientes a *personagem* Anchieta, no sentido de compor uma persona que justificará o torneio literário, bem como simbolizará a ordem jesuítica.

Percebe-se que os epítetos são altivos em torno daquilo de que realmente José de Anchieta atingiu, a venerabilidade. São títulos que reforçam a capacidade de catequização, de levar a fé cristã por meio de pala-

bras e de elevar o trabalho missionário jesuítico. E é possível enxergar aspectos que tocam à Antiguidade Clássica como *Orfeu* e *Harmosta do Mundo Elemental*, e, o *Taumaturgo* por ser Anchieta autor de milagres, mas ainda não ser santo como define Ribeiro (2003).

É importante mencionar que esses epítetos têm caráter histórico e outrora foram mencionados por personalidades que escreveram sobre a América Portuguesa como Bartolomeu Simões Pereira lhe conferiu a alcunha de Apóstolo do Brasil. Sebastião da Rocha Pita o chama de *Segundo Apóstolo do Brasil* e também atenta para o aspecto místico do padre jesuíta.

Da imagem ou comparação é uma seção fundamental, já que por se estar no domínio da poesia, a imagem ou comparação, são frequentes, nas palavras de Aristóteles (*op. cit.*, p. 182):

A imagem é igualmente uma metáfora; entre uma e outra a diferença é pequena. Quando Homero diz de Aquiles “que se atirou como leão”, é uma imagem; mas quando diz: “Este leão atirou-se, é uma metáfora. Como o leão e o herói são ambos corajosos, por uma transposição Homero qualificou Aquiles de leão.

Sendo assim, ao tomar como exemplo o epigrama *Taurum Circuratur*, há um jogo de imagens em torno da catequização jesuítica. O índio representado pelo touro é arrebatado pela palavra de Anchieta. Da mesma forma que Aquiles é equiparado a um leão, o índio inculto é comparado ao touro que necessita ser domado, animal representativo do mito de criação da Europa, é subjugado pela fé cristã e tende a multiplicar o catolicismo pelas terras brasílicas.

Dos meios de dar ampliação ao estilo – corresponde a um tópico que descreve o movimento de por meio de definições substituir vocábulos para atingir ampliação, do contrário a usar vocábulos no lugar de definições se dá o caminho contrário. No documento, pontua-se a hipótese de o movimento de ampliação e concisão estar intrinsecamente ligados às formas, a se pensar na estrutura.

Na oração de abertura, conforme Ribeiro (2003, p. 25): “Francisco de Almeida propõe o argumento – o domínio de Anchieta sobre os quatro elementos da Natureza [...]”. Posteriormente cada elemento recebe uma forma e no *Elogio* são reunidos novamente os quatro elementos.

No *Appendix Poetica*, o epigrama não abre nem encerra nenhuma das três linhas, de forma que o mote deve ter sido dado num outro poema. Pelo artigo de Ribeiro (*op. cit.*), Francisco de Almeida escreveu so-

mente a oração prévia e o elogio, que correspondem ao movimento de concisão.

Coube aos alunos, portanto, desenvolverem os temas dados pelo mestre Pe. Francisco de Almeida. Como há outros gêneros mais extensos, percebe-se que os pupilos também reiteram os aspectos de concisão e ampliação, possivelmente tendo sido estabelecidos os motes pelo professor.

3. Considerações finais

Demonstrou-se com este artigo como o documento *Orfeu Brasílico* (1736) incorporou o universo da Antiguidade Clássica, sendo o próprio uso dos pressupostos da *Arte Retórica* parte do retorno a essa tradição.

Não se pode esquecer-se da postura política desse documento, primeiro pela sua própria natureza – o *Ato Acadêmico*. Esse tipo de cerimônia envolvia autoridades e para Castello (1991), além da predominância do tom bajulatório, era comum o uso da poesia da circunstância que consiste em elogiar ou vituperar uma personalidade de modo que se alcance toda a classe.

José de Anchieta por ter sido um padre jesuíta acaba por simbolizar toda a ordem. Conforme Bortoloti (2003), a educação inaciana em solo americano adquiriu outro formato por pretender a catequização dos povos indígenas, e, esse era o argumento de seu empoderamento econômico.

Louvar a Anchieta é o caminho encontrado para corroborar a presença da Companhia de Jesus no Brasil. E o meio encontrado é a escritura do documento a partir das orientações e poéticas antigas. Percebeu-se também uma tradição histórico-literária em representar o padre inaciano como uma figura notável e mística, o documento *Orfeu Brasílico* corrobora essa tradição.

Por fim, destaca-se a retórica aristotélica é apenas uma parte da fundamentação teórica que ampara o opúsculo. Outrossim, o objetivo é compor uma análise literária, especialmente, sem perder de vista que ela reconstituirá a forma de pensar do homem do século XVIII, para tanto, o olhar filológico sobre o documento é primordial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Francisco de. *Elemental, o venerável Padre José de Anchieta, taumaturgo do novo mundo e apóstolo do Brasil*. Coimbra, 1998. (Edição fac-similada).

ANCHIETA, José de. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta*. S. J. (1554-1594). Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00381630#page/1/mode/lup>>. Acesso em: 31-03-2014.

AQUINO, Eneide Dias de. *Catolicismo popular através da representação mística/mítica de Joana D'arc*. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2011%20-%20Edineide%20Dias%20de%20Aquino%20TC.PDF>. Acesso em: 31-03-2014.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Trad.: Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

BORTOLOTTI, Karen Fernanda da Silva. O *Ratio Studiorum* e a missão no Brasil. *Revista História Hoje*, n. 2. São Paulo, 2003.

CASTELLO, José Aderaldo. *Manifestações literárias da era colonial*. Vol. I. 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Cultrix, 1991.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e aristocracia de corte*. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

RIBEIRO, Maria Aparecida. Anchieta: a primeira imagem. In: ALMEIDA, Francisco de. *Elemental, o venerável Padre José de Anchieta, taumaturgo do novo mundo e apóstolo do Brasil*. Coimbra, 1998. (Edição fac-similada).

_____. Anchieta no Brasil: que memória? In: *História Revista*, vol. 8, 1/2, p. 21-56, jan./dez.2003.

SILVA, Luciana Aparecida da. (Org.). *O método pedagógico dos jesuítas: O Ratio Studiorum*. Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. Regras do provincial. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuitico/ratio%20studiorum.htm>. Acesso em: 31-03-2014.